



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 877/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10802/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Tonantins.

4- Exercício: 2014.

5- Responsáveis: Sr. Radson Alves de Souza, ex-Presidente da Câmara Municipal de Tonantins.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº. 50/2015 (fl.166/186).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2442/2015-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 187/189).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Tonantins. Exercício de 2014.

Contas irregulares. Multa. Prazo. Recomendação a origem. Notificação ao Interessado.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar irregular as contas da Câmara Municipal de Tonantins, exercício de 2014, de responsabilidade do **Sr. Radson Alves de Souza**, Presidente, conforme o art. 22, inciso III, alínea “b” c/c art. 25, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;

9.2- Aplicar multa ao **Sr. Radson Alves de Souza**, Presidente, exercício de 2014, com fulcro no artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, VI da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos); em face do disposto nos itens 10.1 a 10.15 no relatório/voto;

9.3- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das multa aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.4- Recomendar à origem que observe com rigor o cumprimento das normas legais, e que:

9.4.1- Atualize os registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração (arts. 94/95 e 96 da Lei Federal nº 4.320/64);

9.4.2- Atualize as fichas funcionais e financeiras quanto ao registro de férias, licenças, dependentes, faltas, reajuste salarial etc.;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 877/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.4.3- Proceda alimentação do sistema ACP, tempestivamente, acerca das certidões, a fim de comprovar a Regularidade Fiscal conforme artigo 195, §3º, da Constituição Federal; e artigo 29, IV e V, da Lei nº 8.666/93, conforme itens 20-21;

9.4.4- Atualize o Portal de Transparência do site Lei nº12.527/2011-Lei de acesso a informação quanto à implantação e manutenção dos Portais.

9.5- Notificar o interessado com cópia do Relatório/Voto, e o Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.

10- Ata: 39ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 21 de outubro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral